

Triunfos e desafios

O presidente Fernando Henrique recusa o rótulo de conservador a seu governo. E argumenta com números. Diz que não pode ser chamado de conservador um governo cujas políticas propiciam aumento de consumo na base da pirâmide social e dificuldades aos banqueiros.

Em sua primeira entrevista coletiva este ano, o presidente fez questão de registrar o que considera triunfos de seu governo no combate à inflação e na reestruturação do Estado. De fato, não há como ignorá-lo.

A taxa de inflação é a mais baixa desde os anos 70 e a quebra de monopólios estatais abre caminho para que o perfil do Estado brasileiro mude substancialmente. Em vez do Estado proprietário, nos termos concebidos na era Vargas, busca-se erigir um Estado regulador e fiscalizador, que não aprisione as energias criativas do mercado.

É, como disse o presidente, um processo de mudança de mentalidade, que exige "convencimento pedagógico" e que não pode ser imposto por decreto. As reformas, em curso no Congresso, enfrentam dois tipos de resistência: a ideológica, vinculada a esse tipo de cultura político-econômica, e a fisiológica, fruto da guerra de ambições dentro da base política do próprio governo. Ambas dificultam o projeto de reestruturação do Estado.

Que o governo conquistou posições importantes em 1995, não se discute. Mesmo seus

adversários o reconhecem. O que se questiona é o custo social, expresso no número de falências e no índice de desemprego. O presidente cita números para sustentar que, apesar do arrocho, fez-se muita coisa na área social. É possível, mas é inegável que se esteve bem aquém da demanda.

Não se pode, no entanto, imputar apenas ao governo a responsabilidade por esse quadro. O governo gerencia realidades estratificadas, que não criou. São frutos do anacronismo da economia brasileira, que precisa se reciclar para as transformações impostas pela economia mundial neste fim de século.

Mais uma vez, chega-se às reformas. São elas a incógnita dessa equação, cuja solução depende da parceria do Congresso. O investimento no social, para gerar transformações efetivas, exige o fim do Estado patrimonialista, a modernização das estruturas econômicas e a inserção do Brasil no mercado internacional.

A estabilização parcial da economia, com o Plano Real, é conquista importante, mas ainda incompleta. O Brasil exhibe quadro de iniquidade social, que o coloca, no ranking internacional, ao lado dos mais atrasados países do mundo.

O êxito do ajuste só será completo quando se traduzir em melhor qualidade de vida para a população. Sem as reformas, tal meta continuará indefinidamente no plano das utopias.